PROCESSO TC nº 20.856/20

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade, ***Sr.* Guilherme Luiz Araújo Souto Gonzaga Batista**, concedendo aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao ***Sr.* Expedito Costa Araújo**, matrícula nº 157, Gari, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que contava, à época, com 26 anos, 03 meses e 17 dias de tempo de contribuição e idade de 65 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria Nº 021/2022] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

1ª Câmara

Processo TC nº **20.856/20**
Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): **Expedito Costa Araújo**
Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade PB**
Gestor Responsável: **Guilherme Luiz Araújo Souto Gonzaga Batista**
Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1316/2023

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 20.856/20**, referente aposentadoria voluntária com proventos proporcionais do ***Sr.*** **Expedito Costa Araújo**, matrícula nº 157, Gari, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, acordam os Conselheiros integrantes da ***1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria Nº 021/2022], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 01 de junho de 2023.

Assinado 5 de Junho de 2023 às 09:41

Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 2 de Junho de 2023 às 10:40

Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 2 de Junho de 2023 às 10:44

Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO